

DNIT

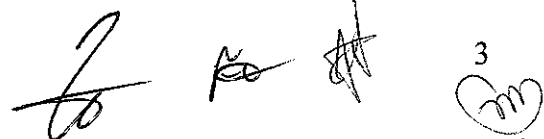
ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

No quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, com o início às dez horas e treze minutos, realizou-se a Centésima Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência do Senhor Fernando Fortes Melro Filho – Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no livro de presença: Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes – MT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes – MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG. Compareceram ainda o Senhor Benedito Orlando Nava Castro – Auditor-Chefe do DNIT; e como convidados os Senhores Fábio Pessoa da Silva Nunes – Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária do DNIT; Vinícius Jatobá Botelho – Substituto do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação do DNIT; e Fausto Emílio de Medeiros Filho – Chefe do Núcleo de Planejamento e Governança de TI. Com relação ao **Item 1. Leitura, votação e aprovação da Ata da 112ª Reunião Ordinária do CA/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que concerne ao **Item 2. Apresentação sobre o Planejamento das Ações de Manutenção Rodoviária, reelaborado e atualizado após a nova destinação orçamentária ao DNIT, por parte da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária**, o Presidente do Conselho franqueou a palavra ao Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária, Senhor Fábio Nunes, o qual iniciou a explanação ressaltando que seu foco seria no planejamento para o ano de 2017 e elencando uma série de considerações a respeito da malha rodoviária federal. Visou retratar o cenário previsto para a manutenção das rodovias, caso haja mais redução do já escasso orçamento disponibilizado para o DNIT. Disse que, com a diminuição do orçamento, 45% da malha não pavimentada ficará descoberta e, como consequência, haverá um decréscimo de 90% do desempenho normal no andamento dos contratos ativos. Em seguida, destacou que poderá ocorrer o arrefecimento gradual do nível de contratações relativas à manutenção estruturada e à conservação. O Senhor Fábio relatou ainda que, no ano de 2014, dos cinquenta e dois mil quilômetros de malha, sob responsabilidade do DNIT, vinte e nove mil eram cobertos pelo Programa de Restauração e Manutenção Rodoviária – CREMA e o restante, pelo Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO. Pontuou que, hoje, a situação se inverteu. Explicou que diminuiu a quantidade de contratos estruturados e aumentaram os não estruturados, concluindo que isto é insatisfatório para a Autarquia. A seguir, demonstrou os cenários de contingenciamento com os quais trabalha a Autarquia. Quanto ao primeiro cenário - sem contingenciamento, o Senhor Fábio Nunes disse que 3,85 bilhões de reais estavam previstos para a manutenção na Lei Orçamentária Anual de 2017. Nesse cenário, sem considerar qualquer obra emergencial, 61,3% da malha seria coberta com contratos de PATO e 36,6% com contratos de CREMA, o que avaliou ser preocupante. Asseverou que houve um esforço grande da área de planejamento do DNIT para tentar cobrir o máximo da malha do país utilizando o PATO, com o orçamento inicialmente previsto. Passando ao segundo cenário – com o primeiro contingenciamento da verba, o palestrante disse que o montante disponível passou a ser de 3,07 bilhões de reais para manutenção. Com isso, 32% da malha do país ficaria descoberta. Diante da situação apresentada, o Presidente do CONSAD interveio e disse que teria uma reunião ainda hoje com o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil e que aproveitaria o ensejo para explicitar a situação do DNIT e buscar alocar cerca de 850 milhões de reais do



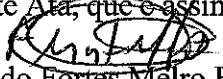
Programa Avançar para a manutenção das rodovias. O Conselheiro Herbert Drummond apoiou a iniciativa. O Conselheiro Zarak Ferreira disse que também aproveitaria a oportunidade de estar reunido com o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para abordar o assunto, no intuito de tentar diminuir o ritmo do Programa Avançar, visando priorizar a manutenção da malha. O Senhor Fábio Nunes, retomando a palavra, passou à explicação do terceiro cenário - com verba contingenciada e paralisação de outros programas essenciais como o Programa de Reabilitação de Obras de Arte Especiais – PROARTE, o Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária – BR-Legal e quaisquer obras emergenciais. Explicou que a paralisação desses Programas elevaria a disponibilidade orçamentária para 3,24 bilhões de reais. Caso essa medida seja levada a termo, frisou que o cenário continuaria crítico e impraticável, pois ainda 20% da malha ficaria descoberta. Continuando, o palestrante demonstrou como ficaria a situação da malha de alguns estados da federação, caso ocorra o contingenciamento. Externou ser difícil trabalhar com esse horizonte, especialmente no que diz respeito às Superintendências Regionais que são as responsáveis mais diretas pela execução dos empreendimentos. A seguir, exibiu alguns gráficos comparando o Plano Nacional de Manutenção Rodoviária – PNMR previsto na LOA e o Plano contingenciado, estado por estado. Dando prosseguimento, exibiu mapas dos estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e de Tocantins, por meio dos quais exemplificou melhor a situação, numa comparação com e sem contingenciamento. Destacou que o contingenciamento deixaria várias rodovias descobertas e afetaria corredores logísticos de escoamento da produção. Por fim, o Senhor Fábio Nunes fez um alerta e disse que, com esse cenário, o investimento para recuperar a malha descoberta deverá ser triplicado. Os Conselheiros parabenizaram o palestrante e agradeceram os esclarecimentos prestados. Em seguida, o Presidente passou à apreciação do **Item 3. Proposta para autorização de cobrança para utilização, por permissão especial de uso, de faixa de domínio de rodovias federais pelas concessionárias de serviços públicos, inclusive telecomunicações e transmissão de dados, aprovada por meio do Relato DG nº. 06/2017, na 24ª Reunião da Diretoria Colegiada, de 13/06/2017, juntada aos autos do processo nº. 00784.000742/2017-11.** O Conselheiro Valter Casimiro iniciou explicando aos demais porque solicitou a inclusão do assunto em pauta para discussão do Conselho. Disse que há uma divergência de entendimento em manifestações da Advocacia Geral da União – AGU sobre a cobrança para utilização da faixa de domínio. Por isso, trouxe o tema ao CONSAD/DNIT, após deliberação da Diretoria Colegiada da Autarquia, em sua 24ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2017, referente ao Relato DG nº. 06, de 13/06/2017, para anuência quanto à aprovação da cobrança. O Presidente mencionou a proposição de encaminhar novamente a matéria para análise da AGU e, se for o caso, à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF para que seja pacificado o entendimento sobre o procedimento do DNIT no caso em questão. O Senhor Valter Casimiro disse que a CCAF costuma decidir sobre situações divergentes entre dois órgãos da Administração Pública Federal e tal questão refere-se somente ao DNIT. Em face desse comentário, o Presidente propôs que fosse feita, então, uma consulta à AGU para saber se esse é um caso que deve ser levado à Câmara de Conciliação e, em caso positivo, solicitar que seja apresentado um parecer uniforme sobre o tema, de modo que o DNIT possa atuar em conformidade com a manifestação jurídica. Tal proposta foi aprovada por todos os Conselheiros, gerando o encaminhamento dos autos para prosseguir à consulta e ao direcionamento e, posteriormente, retorno visando à decisão do Colegiado sobre o assunto. No que tange ao **Item 4. Apresentação trimestral das ações da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI,** o Presidente franqueou a palavra ao Substituto do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, Senhor Vinícius Botelho, o qual cumprimentou os presentes e deu início à exposição sobre os trabalhos em andamento e planejados para o segundo semestre do presente ano. Iniciou falando a respeito da primeira fase da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, relativa aos escritórios e

memorandos digitais. Afirmou que as próximas fases do SEI tratam da digitalização dos documentos físicos, da absorção de outros sistemas e da incorporação do sistema aos servidores de rede do DNIT. Seguiu falando a respeito da Central IT, que é a empresa responsável pelo canal que consolida o atendimento às demandas de informática por parte dos usuários e pode ser contatado por telefone ou correio eletrônico. Ainda sobre a comunicação com os usuários, o palestrante informou que a CGTI e a Assessoria de Comunicação do DNIT – ASCOM têm trabalhado juntas para promover maior eficiência e transparência na comunicação com os usuários dos serviços de TI. No que se refere ao controle de patrimônio, o Senhor Vinícius afirmou que a Autarquia utilizava aplicação desenvolvida por uma empresa de Santa Catarina e que, com o término do contrato, a Central IT assumiu a tarefa de programar uma aplicação para esse fim. Nesse momento, o Senhor Fausto Emílio pediu a palavra e explicou que a nova aplicação é do tipo *Government Resourcing Planning*, um sistema integrado de gerenciamento, derivado dos pacotes de sistemas empresariais conhecidos como *Enterprise Resourcing Planning*. Continuou dizendo tratar-se de uma aplicação pública composta por módulos de almoxarifado, controle de patrimônio e de contratações de tecnologia da informação, disponível no Portal Brasileiro do Software Público. O Senhor Vinícius, retomando a palavra, seguiu dizendo que o referido sistema de almoxarifado está em fase final de implantação. Quanto ao Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais – SGO, ao Sistema Integrado de Operações Viárias – SIOR e ao Sistema de Projetos e Obras Delegadas – SIPROD, disse que estão em fase inicial de produção e estabilização. Com relação ao SIOR, o Conselheiro Herbert Drummond inquiriu o Diretor-Geral sobre a inadimplência no pagamento das multas, ao que o Senhor Valter Casimiro respondeu que a Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT tem realizado a inscrição dos valores das multas que não tenham sido pagas na Dívida Ativa da União. Em seguida, o Conselheiro Zarak Ferreira perguntou sobre o prazo de processamento das multas. O Diretor-Geral respondeu que, em média, o prazo é de sessenta dias. Depois, o Senhor Vinícius falou sobre o início do desenvolvimento do módulo de Cronologia, concernente ao Sistema de Gestão Financeira – SGR, em parceria com a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças. Também mencionou a atualização da segunda versão do Sistema DNIT Móvel, desenvolvida pelas equipes da CGTI e do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO. Continuou dizendo que a Coordenação de Sistemas trabalha na contratação de softwares requisitados por outras Coordenações e Diretorias; citou como exemplos o novo Sistema de Gestão de Pessoas, destinado à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, a renovação do *software* Autodesk e o Sistema de Processamento de Imagens, para a Diretoria de Planejamento e Pesquisa. O palestrante afirmou ainda estar em planejamento a substituição dos sistemas de tecnologia legada, os quais subsistirão após a implantação do SEI, tais como o SIGAREDE, o qual, além de possuir módulos muito antigos, apresenta diversos problemas e necessidades recorrentes de reconfiguração e reprogramação. Nesse momento, o Senhor Fernando Fortes considerou que o DNIT possui pouco recursos financeiros e um grande patrimônio de sistemas ineficientes, incompatíveis e não integrados entre si, desse modo, solicitou um diagnóstico do funcionamento dos sistemas atuais. O Senhor Vinícius afirmou que tal levantamento já está sendo providenciado e informará ao Conselho quando o levantamento estiver concluído. A seguir, discorreu sobre o processo de cessão de direitos de alguns sistemas de propriedade do DNIT e produzidos pelo SERPRO, disse que as aplicações poderiam ser utilizadas por outros integrantes da Administração Pública que demonstrassem interesse. O Senhor Vinícius explanou sobre a implantação do *Skype for Business*, o que trará agilidade na comunicação interna, economia com telefonia e viagens e maior conforto para o usuário final. Relatou o processo de unificação dos domínios, o que permitirá o uso de senha e nome de usuários únicos para diversas aplicações. Prosseguindo registrou sua preocupação quanto à sala na qual estão os servidores de rede com todas as informações digitais da Autarquia. O Coordenador-Geral mencionou também os ativos de tecnologia desatualizados e sem garantia, dificultando,



3

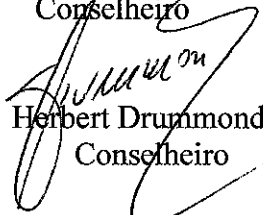
sobremaneira, seu funcionamento e sua manutenção. Entretanto, com foco na melhoria da segurança da informação, asseverou que são efetuados monitoramentos de rede e administração de ferramentas de segurança, além da atualização da política correlata. Ao final, o Senhor Vinícius destacou as necessidades de pessoal para a área de tecnologia da informação, afirmando que a CGTI possui uma quantidade muito pequena de profissionais do Quadro de Pessoal do DNIT para suprir as demandas e, os poucos que têm, com uma grande frequência, deixam a Autarquia para oportunidades profissionais mais atrativas, reforçando que a deficiência de pessoal poderá ser agravada com a implantação do SEI e a necessidade de suporte nessa esfera. Os Conselheiros tomaram conhecimento das informações apresentadas e agradeceram os esclarecimentos prestados. Dando sequência à Reunião, passaram à análise do **Item 5. Relatório Gerencial relativo à situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna do DNIT.** O Auditor-Chefe do DNIT passou à explanação do Relatório, afirmando que oitenta por cento das demandas se encontram analisadas e atendidas dentro dos prazos estabelecidos. Informou que o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União finalizou a auditoria das contas do DNIT relativas ao exercício de 2016, sobre as quais não foram constatados problemas significativos. Explicou que as recomendações se encontram em nível de aprimoramento de gestão e de normas internas. O Conselheiro Herbert Drummond perguntou se os Relatórios Gerenciais apresentados pela Auditoria Interna do DNIT são encaminhados ao setor de controle interno do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MT, ao que o Auditor-Chefe respondeu que não existe uma rotina de envio das informações para o MT. Os Conselheiros Herbert Drummond e Zarak Ferreira, então, recomendaram seu envio para que seja dada ciência de tais informações. Sem mais considerações a serem feitas acerca desse item, os Conselheiros agradeceram os esclarecimentos prestados e passaram ao **Item 6. Assuntos Gerais.** O Conselheiro Herbert Drummond disse que foi elaborado um anuário estatístico, contendo dados relevantes sobre as ações do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MT, o qual servirá como fonte oficial de informações sobre a política de transportes do Governo. Disse que tais informações incluem também o DNIT. Desse modo, pediu que o Senhor Valter Casimiro assegurasse a divulgação do material na Autarquia, seu uso e também que os dados apresentados ao Ministério fossem realísticos e atualizados constantemente, a fim de servirem como fonte de consulta e pesquisa para as instituições envolvidas e interessadas. O Diretor-Geral do DNIT assentiu, comprometendo-se com o pedido. Por fim, o Senhor Drummond acrescentou que promoverá o encaminhamento do material aos Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às onze horas e trinta e um minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos demais Conselheiros.-

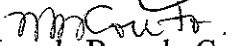

Fernando Fortes Mello Filho
Presidente


Valter Casimiro Silveira
Conselheiro


Zarak de Oliveira Ferreira
Conselheiro

Luciano de Souza Castro
Conselheiro


Herbert Drummond
Conselheiro


Marcela Braz do Couto
Secretária-Executiva